

sobre tudo

ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA, CONSCIENTIZAÇÃO SOCIAL E DIREITOS HUMANOS NO CONTEXTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DA UFPE

Gabriella Fernanda do Nascimento
Luiza Mirele Ferreira da Silva de Oliveira
Juliana de Melo Lima

Resumo: Este trabalho tem como objetivo relatar as escolhas teórico-metodológicas para o ensino de Língua Portuguesa, no contexto do estágio supervisionado em Língua Portuguesa III, realizado na Universidade Federal de Pernambuco, no ano de 2019. Foi planejado e desenvolvido um projeto didático sobre a temática dos Direitos Humanos, com atividades de leitura, oralidade, análise linguística e de outras semioses e de produção de textos, de forma articulada, com uma turma do 9º ano do Ensino Fundamental. A abordagem de ensino de Língua Portuguesa foi ancorada na perspectiva interacionista (GERALDI, 1997) e discursiva-enunciativa (BNCC, 2017). O estágio foi realizado com atividades de observação de 20 horas-aula na turma, planejamento do projeto e regência de 38 horas-aula, em que se pode ter a experiência de atuação docente, reconhecendo diferentes

dimensões implicadas na prática. Por meio da execução desse projeto didático temático foi possível observar e refletir sobre a importância de um trabalho com a Língua Portuguesa que abordou as unidades de ensino de modo articulado, oportunizando que os alunos ampliassem seus conhecimentos sobre práticas situadas de linguagem e a desenvolvessem diferentes habilidades relacionadas à aprendizagem sobre a língua(gem).

Palavras-chave: Estágio Supervisionado; Língua Portuguesa; Prática Docente

Resumen: Este artículo tiene como objetivo reportar las escojas teórico-metodológicas para la enseñanza de la Lengua Portuguesa, en el contexto de la pasantía supervisada en Lengua Portuguesa III, realizada en la Universidad Federal de Pernambuco, en 2019. Se planificó y desarrolló un proyecto didáctico sobre el tema de los Derechos Humanos, con actividades de lectura, expresión oral, análisis lingüístico y otras semiosis, y de producción de textos, articulada, con un grupo del último año de la Primaria. El enfoque de enseñanza de la lengua portuguesa estaba anclado en la perspectiva interaccionista (GERALDI, 1997) y discursiva-enunciativa (BNCC, 2017). La pasantía se realizó con actividades de observación de 20 horas en el aula, planificación de proyectos y realización de 38 horas, en las que se puede tener la experiencia de la docencia, reconociendo las diferentes dimensiones involucradas en la práctica. A través de la ejecución de este proyecto didáctico-temático, se hace posible experimentar y reflexionar sobre la importancia de trabajar con la lengua portuguesa que se acerca a las unidades didácticas de manera articulada, lo que brinda a los estudiantes de la primaria la oportunidad de ampliar su conocimiento de las prácticas lingüísticas situadas y desarrollar

diferentes habilidades relacionadas com el aprendizaje de la lengua y del lenguaje.

Palabras-clave: Pasantía Supervisada; Lengua Portuguesa; Práctica docente

Introdução

No ensino superior, os cursos de licenciatura têm em seus programas componentes curriculares de estágios supervisionados obrigatórios, com diferentes objetivos e estando de acordo com a legislação vigente. Nos estágios, os graduandos têm experiências em espaços profissionais de atuação, sendo a escola o principal deles e é, portanto, visto como um espaço de aprendizagem da profissão docente, em que articulações entre teorias e práticas são estabelecidas (LIMA, 2008). Através desse componente curricular, a identidade profissional dos futuros professores também vai sendo construída, com base nas reflexões desse campo de conhecimento, por meio da pesquisa (PIMENTA e LIMA, 2011).

Neste contexto, apresentaremos uma experiência de estágio na educação básica a partir do Estágio Curricular Supervisionado em Português III, no curso de Letras-Português, da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), vivenciada pelas duas primeiras autoras e orientada pela terceira autora, explicitando as escolhas teórico-metodológicas e a mediação do ensino de Língua Portuguesa, a partir de um projeto didático temático sobre os Direitos Humanos, com atividades de leitura, de produção de textos, de oralidade e de análise linguística e de outras semioses.

Assumimos, assim, a defesa de que a língua se caracteriza como “[...] um sistema de práticas sociais e históricas sensíveis à realidade

sobre a qual atua [...]”, conforme Marcuschi (2008, p. 61) e abordamos o ensino de Língua Portuguesa a partir de uma perspectiva interacionista, com foco nas diferentes práticas sociais de linguagem, por meio da articulação das unidades de ensino. Consideramos, ainda, os estudantes como sujeitos sócio-históricos, produtores de cultura e ativos. Ao abordar o texto na sala de aula, partimos da compreensão que

[...] o diálogo entre domínios discursivos diversos possibilita um trabalho rico com os textos, tornando-os eventos comunicativos, como práticas efetivas de uso da língua, e não meros exemplos modelares a serem identificados e repetidos em sala de aula (CAVALCANTE e MELO, 2007, p. 91).

Nesta perspectiva, objetivamos a construção de um exercício didático direcionado à formação de estudantes críticos e conscientes, a partir de reflexões sobre a Língua Portuguesa e sobre os gêneros e textos multimodais que utilizamos, de modo a favorecer

[...] a construção e expressão das diferentes identidades, para inserção e participação social, para o projeto de vida, para o fortalecimento de posturas e espaços democráticos, para leitura crítica e plurissignificativa da realidade e dos bens simbólicos e culturais, entre tantos outros aspectos (PERNAMBUCO, 2019, p. 96 e 97).

Apresentaremos a seguir a metodologia de trabalho e as etapas desenvolvidas no estágio.

Metodologia

O curso de Letras-Português da Universidade Federal de Pernambuco tem em seu currículo quatro estágios supervisionados obrigatórios. O Estágio Curricular Supervisionado em Português III possui 135 horas e é subdividido em etapas envolvendo dois espaços, o da escola (20 horas-aula de observação; 40 horas-aula de regência; 45 horas-aula de atividades complementares) e o da universidade (30 horas de discussões teóricas). O objetivo principal desse estágio é elaborar um projeto didático voltado ao ensino de Língua Portuguesa e vivenciá-lo em uma turma de Ensino Fundamental regular (6º ao 9º ano).

A escola em que o estágio aconteceu foi uma instituição federal, em Recife-PE, que atende estudantes do 6º ano do Ensino Fundamental ao 3º ano do Ensino Médio. Todo o período de observação e de regência foi em uma única turma, nas aulas de Língua Portuguesa, que aconteciam nas terças (2h/a), nas quartas (1h/a) e nas sextas (2h/a). O estágio ocorreu no período de agosto a dezembro de 2019. A turma observada foi uma turma do 9º ano, composta por 30 alunos, sendo 17 meninos e 13 meninas, na faixa etária de 13 a 15 anos.

Observação e planejamento: um *continuum* pedagógico

No âmbito da escola, a primeira etapa do estágio, a partir de uma postura investigativa (LUDKE e ANDRÉ, 2015), foi a de observações sobre o modo como o ensino de Língua Portuguesa era abordado pela docente da turma e sobre as formas como os estudantes interagem com as atividades, com os sujeitos e com os objetos de conhecimento. Foram realizados registros em cadernos de campo com descrições das situações vivenciadas, a fim de que pudessem auxiliar nas reflexões para as fases seguintes.

Para a construção do planejamento didático, consideramos a temática da diversidade cultural, que foi trabalhada pela professora da turma durante o período de observação, assim como o projeto sobre os refugiados produzido pelos alunos e desenvolvido durante o período de observação. Partindo disso, compreendemos que seria interessante e produtivo abordar a temática dos direitos humanos como um continuum das discussões e reflexões que estavam sendo produzidas.

Assim, por meio do projeto intitulado “Direitos Humanos: a inserção social dos sujeitos no âmbito legal”, buscamos abordar a função e importância dos Direitos Humanos para a vida social e observar como os sujeitos sociais entendem e se relacionam com os documentos legais que garantem esses direitos, ou seja, perceber e analisar como a compreensão sobre os Direitos Humanos deve se estender a todos os indivíduos sociais. Para isso, reconhecemos que faz-se necessário que os sujeitos percebam como as garantias e as violações a esses direitos são retratadas a partir dos textos lidos e analisados.

O projeto didático visou o trabalho com quatro tipos de Direitos Humanos: Direito à liberdade de expressão, Direito à educação, Direitos da criança e do adolescente e Direito à igualdade. Optamos por trabalhar com textos de gêneros da esfera jornalística, artística, jurídica e com as mídias digitais, a fim de ampliar as discussões para diferentes camadas da sociedade, atentando para o trato com os Direitos Humanos. Nos apoiamos nas recomendações propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2017) e pelo Currículo de Pernambuco (PERNAMBUCO, 2019) e, dessa forma, intencionamos construir um planejamento considerando a possibilidade de adotar uma pedagogia baseada nos multiletramentos, abarcando, assim, segundo Rojo (2012), a multiplicidade cultural e a multiplicidade de linguagens.

O projeto foi inspirado na perspectiva de Hernandez e Ventura (1998), em que é considerado o perfil e as necessidades de aprendizagem da turma, e nas discussões advindas de Kleiman, Ceniceros e Tónico (2013), que defendem a importância de abordar as práticas de letramento como elemento estruturante das atividades escolares.

O projeto didático almejou a construção de um trabalho que atuasse na formação crítica e discursiva dos alunos, como sujeitos sociais. Assim, tivemos como pressuposto um ensino reflexivo sobre os textos, os gêneros e os elementos linguísticos e de outras semioses diante das atividades propostas. Além disso, o projeto foi pautado na articulação dos eixos de ensino: leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística, conforme propõe Geraldi (1997).

Ensino de língua portuguesa e direitos humanos

Compreendendo o ensino de Língua Portuguesa como um espaço de reflexão sobre a língua e as linguagens, a partir da leitura, da oralidade, da análise e produção de textos de diferentes gêneros, e considerando a perspectiva de ensino interacionista, promovemos, durante as aulas, atividades articuladas em torno do tema dos Direitos Humanos. Elencamos, ainda, alguns domínios discursivos, com o intuito de abordar os textos considerando as perspectivas discursivas-enunciativas, seus contextos, históricos e sociais de produção (BRASIL, 2017).

Direitos à liberdade de expressão e à educação

No início do exercício docente, introduzimos a temática dos Direitos Humanos e, para isso, fizemos a exibição de três imagens que representassem formas de violência juntamente à apresentação e à

leitura de uma manchete de notícia intitulada "Paraná lidera ranking nacional de violência contra idosos". Intencionávamos que os estudantes observassem como os elementos visuais comunicam e como esses interagem, ainda, com os textos verbais, considerando o caráter crítico e intertextual desses textos. Percebemos, a partir dessa atividade, que os alunos compreenderam como as imagens veiculadas se apresentavam no meio social, considerando seus contextos de produção, os sujeitos envolvidos e suas significações sociais. A discussão sobre os direitos aliciados e os possíveis motivos para o acontecimento das situações retratadas favoreceu a tomada de posicionamentos críticos por parte dos estudantes.

Após este momento, iniciamos o trabalho direcionado ao Direito à Liberdade de Expressão e introduzimos, de fato, o trabalho com a esfera jornalística. Para isso, realizamos a leitura da notícia completa, trabalhada em forma de manchete na aula anterior, considerando também os conhecimentos prévios que os alunos apresentavam acerca do gênero. Discutimos sobre os elementos estruturantes da notícia, os tipos de informações, os aspectos estilísticos e sociointerativos. Essa atividade favoreceu a elaboração de reflexões e de conhecimentos acerca da importância das porcentagens e da comparação anual que o texto apresentou, e sobre as diferenças que este gênero apresenta a depender de seu suporte e meio de circulação, digital ou impresso, considerando a disposição estrutural e a participação do público leitor. A partir dessa discussão, propusemos a reflexão sobre as possíveis motivações desses aspectos e como os elementos linguísticos contribuem na forma do gênero. Com isso, pudemos reafirmar o caráter dinâmico e orgânico dos textos quando inseridos em diferenciadas situações de produção.

Seguindo com a temática, realizamos a leitura conjunta de um artigo de opinião, proposto pelo livro didático, intitulado "O que é etnocentrismo?". Visamos, com o exercício dessa atividade, construir

uma reflexão sobre a atuação do conceito de etnocentrismo no meio social. Nessa perspectiva, trabalhamos o que significaria o etnocentrismo, para além do sentido dicionarizado, assim como as formas argumentativas construídas pelo autor para estruturar o texto. No entanto, antes do início da leitura, alguns alunos levantaram o questionamento a respeito do caráter pejorativo do termo "bolsominion". Nessa situação, decidimos construir uma discussão e reflexão sobre como os sentidos das palavras são construídos a partir do seu contexto de enunciação, e, dessa forma, a palavra "bolsominion", seria uma nomeação atribuída aos apoiadores de Jair Bolsonaro, assim, de acordo com os contextos de enunciação e da intenção dos interlocutores, essa palavra pode estar carregada de um cunho negativo. Assim, compreendendo "[...] a linguagem como forma de interação, o texto como evento que realiza conexões entre vários elementos e a aprendizagem da língua como expansão da capacidade de interlocução" (PERNAMBUCO, 2019, p.78), retomamos, durante a leitura proposta, essa discussão e as relacionamos aos termos pejorativos apresentados no texto, como "bárbaro" e "civilizados", considerando o contexto de produção e de reprodução desses, contribuindo para uma análise e reflexão sobre a ausência de neutralidade nos diferentes usos da língua.

Dando continuidade à regência, introduzimos a abordagem de textos da esfera jurídica, uma vez que a existência e a manutenção dos Direitos Humanos a todos está embasada nos marcos legais que estruturam os países. Dessa forma, realizamos em sala a leitura do preâmbulo da Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Artigo 5 da Constituição Federal de 1988. Durante a leitura, apresentamos as estruturas dos gêneros abordados, suas formas e conteúdos, e as organizações linguísticas, como a seleção verbal, as estruturas sintáticas coordenadas e subordinadas, e a semântica dos substantivos. Construímos uma discussão a respeito do propósito sociocomunicativo

dos marcos legais, o seu papel na manutenção da sociedade e a importância da compreensão desses. No decorrer da aula, percebemos que os alunos, além de compreenderem os textos, contribuíram levantando questionamentos acerca de possíveis ambiguidades que o texto pode carregar e, devido aos conhecimentos construídos no ambiente familiar, alguns estudantes trouxeram explicações jurídicas elaboradas. Pudemos perceber a riqueza de conhecimentos advindos de diferentes espaços sociais e a importância de mobilizá-los, escutando atentamente os estudantes.

No encontro seguinte com a turma, seguindo com a temática, exibimos o vídeo-debate "Censura e liberdade de expressão", disponível na plataforma do Youtube. Considerando os elementos multissemióticos do texto e o trabalho da língua em diálogo com as práticas sociais tecnológicas, percebemos a importância de uso desse texto para a percepção do ato de ler como um exercício que perpassa o texto escrito, requer a criticidade e envolve a análise de outras linguagens e as relações entre elas, como a oralidade com a entonação da voz, a organização e clareza da fala. Após a exibição do vídeo, a discussão sobre as formas como a censura se apresenta, considerando os dados históricos abordados, favoreceu a participação dos estudantes com posicionamentos críticos, ampliando a capacidade argumentativa.

Continuando a abordagem do tema do projeto, iniciamos o trabalho com a esfera literária, para isso, realizamos a leitura do poema "Maio 1964", de Ferreira Gullar. Tal escolha favoreceu a compressão das ressignificações das palavras no texto literário, dos efeitos de sentidos construídos a partir da posição sintática dos elementos linguísticos, assim como do modo como a produção artística se comunica com seu contexto de produção e recepção. Durante a aula, discutimos ainda sobre como a censura é retratada no poema e como a literatura se relaciona com a liberdade de expressão. Os alunos

trouxeram diferentes compreensões acerca dos trechos lidos, no entanto, apresentaram uma compreensão, em certa medida, limitada sobre o texto literário e construíram sentidos, dentro do contexto sócio-histórico de produção, a ditadura militar. Dessa forma, o poema teve seu texto, que aborda os sentimentos do eu-lírico que sente as instabilidades e as tristezas de seu tempo, limitado ao contexto do autoritarismo brasileiro. Considerando isso, reconhecemos que, embora essa seja uma compreensão possível do texto literário, os sentidos não estavam limitados a essa situação, especificamente. Por isso, ao compreendermos a necessidade de construir um "leitor-fruidor" que se apresenta como um sujeito que seja capaz de se implicar na leitura dos textos, de "desvendar" suas múltiplas camadas de sentido (BRASIL, 2017), enfatizamos em sala que a produção artística, que, apesar de inserida em um contexto sócio-histórico, constrói os mais diversos sentidos e não se restringe a uma compreensão ou acontecimento.

Dando continuidade ao trabalho com a linguagem artística, trouxemos a música "Cálice", de Chico Buarque e Milton Nascimento, junto à exibição da letra da canção. Durante a aula foi feita a análise detalhada da letra junto à reflexão sobre os sentidos construídos, considerando a organização sintática, a relação que a canção estabelece com os fatos sociais e a relação da melodia com a letra da canção. Nas discussões, percebemos que os alunos refletiram sobre a ambiguidade, semântica e fonética da palavra "cálice" e, a partir da discussão da música, enfatizaram as formas como a violência e a censura se fazem presentes no texto, percebemos, com isso, como é possível desenvolver uma atividade que articule a análise de recursos multissemióticos à compreensão leitora.

Seguindo, então, a dinâmica das aulas, adentramos no Direito à Educação a partir do gênero vídeo reportagem, dessa forma, exibimos os vídeos: "A educação pode transformar a vida das pessoas", que

apresenta a educação de adultos e idosos, e “Reflexão sobre Educação atual”, que expõe a dinâmica e as dificuldades da educação pública. Objetivamos a construção de um diálogo entre diferentes pontos de vista sobre educação, considerando as idades e o contexto social dos sujeitos apresentados nos textos, a partir das informações explícitas e das perspectivas de educação apresentadas. No primeiro vídeo os alunos se mostraram atentos, mas não fizeram muitos comentários, no entanto, na segunda reportagem, os alunos estavam mais interessados e expressaram mais reações, em que reconheceram muitas falas e discutiram sobre as problemáticas apresentadas. Compreendemos que isto ocorreu, possivelmente, devido à faixa etária dos sujeitos envolvidos na reportagem. Com isso a turma se identificou e recebeu mais substancialmente as falas dos alunos mais jovens e, por isso, opinaram e discutiram mais acertadamente a partir da segunda reportagem. Isso nos levou a refletir sobre as escolhas dos textos mais adequados e interessantes para o público.

No momento que se seguiu, retornamos à esfera jurídica com a leitura do Artigo 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos e do Artigo 205 da Constituição Federal de 1988, juntamente à apresentação do texto “O que é educação?”, de Carlos Rodrigues Brandão. Visamos a compreensão, específica, dos dizeres legais sobre a educação, a partir do seu caráter universal e democrático, para, enfim, apresentá-la como um bem que perpassa o conhecimento formal e, por isso, constitui as diferentes organizações sociais, a partir de formas e conhecimentos significativos para o contexto social, cultural e histórico no qual se materializa. Os alunos se apresentaram participativos, trazendo para a sala os conhecimentos construídos fora do ambiente escolar, o que contribuiu para nossa percepção sobre a importância de mobilizar os conhecimentos dos estudantes, relacionando-os com as situações sociais.

Dando continuidade à proposta do projeto, retornamos à esfera literária com os textos teatrais propostos pelo livro didático: “O auto da barca do inferno”, de Gil Vicente, “O auto da compadecida”, de Ariano Suassuna e “Pedro Malasartes”, de Augusto Pessôa. Dessa forma, explanamos sobre os aspectos comuns às três obras, considerando o gênero dos textos, como o uso dos travessões, dois pontos, a baixa aparição do narrador e os diálogos marcados pelas ações dos personagens. Propusemos a leitura dos textos curtos e adentramos, de forma breve, nas narrativas, e, para além disso, mencionamos a adaptação cinematográfica do “Auto da compadecida”, ressaltando as diferentes formas e linguagens utilizadas nos textos para representar uma mesma narrativa. Ressaltamos o caráter de plurissignificação dos textos, possibilitando a construção de sentidos de acordo com as experiências do leitor, assim como a relação que essa literatura estabelece com a tragédia e a comédia do teatro clássico. Dessa forma, percebemos como os valores sociais e culturais são reconstruídos nos textos literários e como esses possibilitam a reflexão sobre os direitos e as organizações sociais do universo construído. Esse momento foi importante para percebermos como podemos desenvolver uma abordagem mais ampla da literatura.

Em seguida, iniciamos a aula subsequente com uma discussão acerca da responsabilidade social e cidadã que implica “educar alguém” e propusemos a produção de um artigo de opinião que relacionasse a importância da liberdade de expressão para a construção do conhecimento no espaço escolar. Para a atividade, retomamos as características composicionais e discursivas do gênero artigo de opinião, que já haviam sido sistematizadas pela professora supervisora, associando-as às discussões construídas até o momento. Os alunos, no primeiro instante, apresentaram dificuldades em construir o texto, relataram certa confusão na organização das ideias e um impasse no momento de se posicionarem na escrita. Assim, pudemos trabalhar

com o eixo da escrita a partir do processo de sistematização das reflexões de cada estudante, a fim de que os estudantes construíssem textos coesos e coerentes. Para isso, durante a escrita do texto pelos alunos nesta mesma aula, circulamos pela sala sanando possíveis dúvidas e direcionando os estudantes na organização das ideias no momento da produção. Compreendemos, diante dessa situação, a importância de uma melhor discussão sobre a proposta de atividade, esclarecendo dúvidas, mobilizando conhecimentos sobre o gênero e acerca da temática, frente à complexidade que envolve produzir textos.

Direito da criança e do adolescente e direito à igualdade perante a lei

A fim de estruturar o planejamento em dois grandes blocos, o segundo momento foi articulado de modo que as leituras e discussões contribuíssem para a reescrita do artigo de opinião e, posteriormente, para a produção final do projeto: o stop motion; mediante a abordagem do Direito da criança e do adolescente e do Direito à igualdade perante a lei. Salientamos, ainda, que o stop motion foi um gênero pensado, desde o início do projeto, para ser trabalhado a partir do segundo momento da regência. Por essa razão, suas características composicionais, discursivas e estilísticas serão apresentadas pela primeira vez nesta etapa do artigo de experiência. Associado a isso, objetivávamos com esse gênero propor uma atividade que reunisse em um só texto o trabalho com os quatro tipos de direitos abordados.

Realizamos uma leitura em conjunto do artigo de opinião “O acesso à educação é o ponto de partida” que possibilitou a mobilização de diferentes conhecimentos sobre textualidade, como o uso da argumentação em favor de uma opinião e o uso de linguagens subjetiva e objetiva, além da compreensão sobre a produção, circulação e recepção de um texto da esfera jornalística. Em seguida, realizamos um debate concomitante à leitura, destacando a maneira como o autor se

colocava no texto por meio dos usos linguísticos e das estratégias discursivas, como também as características do gênero em relação ao suporte virtual que propõe o diálogo de textos multissemióticos, pois consideramos que “[...] quando ensinamos a operar com um gênero, ensinamos um modo de atuação sociodiscursiva numa cultura e não um simples modo de produção textual” (MARCUSCHI, 2011, p. 20).

A partir da leitura e análise dos artigos de opinião que os alunos produziram no primeiro momento, destacamos que algumas questões linguísticas, formais e discursivas próprias ao gênero precisavam ser revistas pela turma, de modo que, quando fossem retomar o texto para reescrevê-lo, eles fossem capazes de articular o que já havia sido produzido com as “novas” informações destacadas. Ainda no processo de revisão, tivemos como estratégia para um alcance individual e específico, o uso de notas explicativas de acordo com as partes marcadas nos textos dos alunos. Isso favoreceu que eles observassem as sugestões das professoras-estagiárias e pudessem repensar os usos linguísticos e o encadeamento das ideias e argumentos ao longo do texto. Destacamos com essa estratégia a importância de realizar intervenções individuais, identificando as necessidades de cada um dos estudantes.

Para tal situação, destacamos também a noção do que seria a reescrita no intuito de ampliar a compreensão para além de “fazer um novo texto”, visto que este processo compreende a necessidade de que quem escreve “[...] reflita sobre as “partes” efetivamente escritas e as avalie com base nos planos e objetivos traçados, em função do(s) destinatário(s) e finalidade previsto(s) para o seu texto, assim como do contexto comunicativo em que o texto está colocado” (BRANDÃO, 2007, p. 121).

Como seguimento do planejamento, reservamos um dia para planejarmos com os alunos a produção do stop motion e, para isso, solicitamos que a turma se dividisse em seis grupos, de modo que um

tipo de direito seria compartilhado por dois grupos, considerando que os direitos selecionados foram direito à liberdade de expressão, à educação e da criança e do adolescente. Diferente do que imaginávamos, os alunos se mostraram relutantes devido ao trabalho que demandaria tal produção, mas consideramos válido mantê-la porque seria uma maneira de explorar o eixo da oralidade e outras linguagens, uma vez que esse tipo de vídeo requer uma narração e, com isso, poderíamos trabalhar a noção de tempo, a organização da fala, a oralização do texto escrito, e as estratégias de polidez características do gênero.

Para melhor sistematização das características e possibilidades de mobilização de recursos multissemióticos que o stop motion permite, exibimos um vídeo construído com essa técnica no qual os personagens falam sobre ela. Optamos por esse tipo de abordagem como uma forma de aproximação dos alunos com o técnica de produção de vídeo que teriam que produzir a partir de suas escolhas (seleção de informações e materiais a serem utilizados). Ainda, como forma de esquematização do trabalho e organização tanto dos alunos quanto nossa, solicitamos a elaboração de um breve roteiro contendo os principais tópicos que seriam abordados, como o material utilizado (papel, objetos, câmera, computador, celular, entre outros) e a divisão de tarefas entre os integrantes do grupo. Reconhecemos a importância de abordarmos as etapas no processo de produção textual e do trabalho colaborativo que esta envolveu.

Como continuidade do projeto, iniciamos o trabalho com a temática dos Direitos da criança e do adolescente. Exibimos o vídeo “Vida Maria”, levantando uma discussão sobre a relação do título do vídeo com a realidade cíclica que ele apresenta, destacando questões como o conceito de infância e de educação que o vídeo aponta. Os alunos, a partir dos seus conhecimentos de mundo e dos elementos visuais da animação, relacionaram o cenário e as vivências dos

personagens à realidade de habitantes pouco abastados do sertão brasileiro, além de levantarem hipóteses sobre as motivações do ciclo abordado. Foi uma análise importante, pois ao estabelecermos uma articulação com os Direitos da criança e do adolescente, pudemos pensar em quais direitos estariam sendo violados naquela situação, como a questão do trabalho infantil e do não acesso à educação formal, favorecendo, assim, a retomada de discussões mobilizadas ao longo do projeto.

Para a ampliação dessa discussão, realizamos a leitura conjunta da reportagem “OIT alerta sobre o risco de trabalho perigoso não ser erradicado”. Exploramos durante a leitura e o debate do texto as informações por ele apresentadas, além de analisar os gráficos apresentados e como eles contribuíram para o enriquecimento das discussões propostas. Considerando a importância da temática abordada e as informações para além da superfície textual, questionamos, a princípio, acerca do significado da sigla OIT (Organização Internacional do Trabalho) e sobre a relevância dessa organização para a sociedade, por meio das suas pesquisas. Com isso, os alunos, mediante o conhecimento prévio que detinham sobre essa temática, responderam satisfatoriamente aos questionamentos, além de aproveitarem da leitura para extrapolar as linhas do texto e, assim, estabelecerem relações com o vídeo assistido previamente.

No encontro seguinte, ratificando a importância da observação e análise dos marcos legais que regem nossa sociedade, além de explorar ainda mais o campo tecnológico e midiático, exibimos a animação “A importância do Estatuto da Criança e do Adolescente”. Mediamos uma breve discussão a partir das relações que poderiam ser estabelecidas com questões vistas no cotidiano, tanto pelos alunos quanto por nós, como mediadoras, sendo situações de violação ou cumprimento dos direitos demonstrados no vídeo. Essa foi outra

estratégia que favoreceu a escuta dos estudantes e a valorização dos seus conhecimentos.

Como fechamento do bloco sobre os Direitos da criança e do adolescente, apresentamos, inicialmente, a reportagem “Violação dos Direitos da Criança e do Adolescente”, disponível no Youtube, partindo da discussão sobre o impacto desse tipo de violência na sociedade e, principalmente, na vida das vítimas, refletindo também sobre o nosso papel, como sujeitos críticos e politizados, no combate desse tipo de violência e violação. Ainda, apontamos, juntamente com a participação ativa de alguns alunos, as marcas características do gênero reportagem, considerando que se apresentava como um texto multimodal, e a sua importância para assegurar a relevância do tema, além de permitir a ampliação dos debates feitos até aquele momento. As discussões foram importantes, pois permitiram que os estudantes reconhecessem alguns aspectos discursivos presentes no texto, como a inserção de uma figura de autoridade para a confirmação dos fatos, a importância dos turnos de fala durante o desenvolvimento da entrevista, permitindo o reconhecimento do hibridismo de textos multissemióticos que o gênero reportagem engloba.

Em seguida, ainda em relação ao trabalho com textos jornalísticos-midiáticos, expusemos, em slides, cinco campanhas publicitárias realizando uma análise coletiva, objetivando, em primeira instância, o reconhecimento da importância do gênero na conscientização sobre tais direitos. Partindo da noção de que ler demanda processos inferenciais, levantamos questionamentos à turma acerca dos possíveis significados e sentidos das imagens, das cores, dos textos verbais e dos símbolos que as campanhas traziam, e, como uma forma dinâmica de diálogo com a turma, destacamos no quadro os pontos que os alunos iam apontando. Os alunos participaram ativamente mobilizando seus conhecimentos de mundo no

levantamento de hipóteses, no reconhecimento de expressões e situações e até na valoração quanto à qualidade visual das campanhas.

Em seguimento ao planejamento, introduzimos o último bloco que era a respeito do trabalho com o Direito à igualdade perante a lei e, para tal etapa, iniciamos uma discussão sobre a diferença entre os termos “igualdade” e “equidade”, questionando aos alunos se eles poderiam exemplificar, em nossa sociedade, um caso envolvendo cada um dos termos. Dentre os comentários, surgiu a questão das cotas e, a partir de então, iniciou-se uma discussão "acalorada" sobre cotas raciais, pois os alunos apresentaram diferentes opiniões e perspectivas sobre a temática. Esse momento tomou uma proporção maior do que a esperada e tivemos que intervir em alguns momentos no intuito de lembrar aos alunos a necessidade do respeito aos turnos de fala e à própria fala dos colegas. Avaliamos esse momento de modo positivo, visto que os alunos assumiram e defenderam seus posicionamentos com argumentos plausíveis, demonstrando uma boa capacidade argumentativa, além de apresentarem um grande interesse no assunto que ainda não havia sido discutido em sala, e que surgiu de forma natural a partir do apontamento de um deles.

Como continuidade dessa aula, exibimos a animação “Zero”, também disponível no Youtube, que suscita a questão da discriminação com o diferente por meio do uso de números como indicativo de cada personagem, logo, os que tivessem a numeração mais alta eram mais respeitados, enquanto os de número zero, por exemplo, eram excluídos. Os alunos se mostraram empolgados com o vídeo e com o desfecho da história, o que nos possibilitou construir um debate sobre a importância do respeito ao próximo, independentemente de cor, religião ou origem. Os alunos conseguiram relacionar o texto com as imagens num processo de compreensão dos diferentes sentidos ali presentes. Nesse sentido, destacamos a importância de selecionar bons textos para as aulas.

No encontro seguinte, decidimos dividir a aula em dois momentos, com a exibição de um vídeo relacionado à temática abordada e em seguida com a esquematização de um conteúdo gramatical, a fim de contemplar as necessidades dos alunos com relação ao conteúdo proposto para aquela unidade. Assim, apresentamos o vídeo "Acessibilidade: troque os lados", por meio do qual pudemos discutir acerca da falta de empatia e do desrespeito aos direitos das pessoas com deficiência, relacionando-o, ainda, à Declaração Universal dos Direitos Humanos, documento com o qual vínhamos trabalhando, que assegura a todos o Direito de igualdade perante a lei. Abordamos as questões sociais trazidas por meio das imagens e das ideias construídas ao longo do vídeo, permitindo aos alunos refletir sobre o contexto apresentado e, num processo de extrapolação admitido pela leitura, relacionar à realidade vista por eles em diferentes espaços.

No segundo momento, abordamos homônimos e parônimos, conforme o livro didático propunha e, para isso, fizemos o uso do quadro de modo que na medida que sistematizávamos um termo, colocávamos um exemplo e, em diálogo com a turma, levantávamos mais exemplos que poderiam ser vistos e usados na nossa rotina, mobilizando questões mais formais da língua. Objetivamos com essa abordagem um ensino mais significativo da gramática, ainda que limitado, buscando pautá-lo na realidade próxima ao aluno, o que consideramos ser possível.

Caminhando para o término da regência, continuamos o trabalho com textos midiáticos, agora exibindo o vídeo "Leia para uma criança" no intuito de fazer uma abordagem conclusiva acerca dos quatro direitos trabalhados em sala. Desse modo, abrimos um debate sobre os diferentes casos de preconceito (raça, gênero, entre outros) e a desigualdade social que o vídeo aborda, ampliando o debate para as possíveis relações que poderiam ser estabelecidas com os direitos, por

meio de um mapa mental construído no quadro, mediante os apontamentos feitos por nós e pelos alunos. Foi uma estratégia favorável, pois os alunos conceberam diferentes questões, relacionando com outros textos lidos em sala, além de atentarem para a importância daquela campanha, como um texto de grande repercussão na sociedade, na discussão sobre a desigualdade social.

Após três semanas de discussões e orientações sobre a produção do stop motion, socializamos os vídeos produzidos por cada grupo e que foram enviados previamente por e-mail. Eles reagiram positivamente, como nós também, uma vez que se apresentaram bastante engajados na produção do vídeo e demonstraram grande criatividade e empenho na construção das ideias. Reconhecemos que essa produção permitiu aos alunos a mobilização de diferentes conhecimentos em favor de um objetivo. Os estudantes demonstraram empenho no processo de pesquisa e curadoria de informações, trabalharam habilidades artísticas em desenhos e em programações nas edições dos vídeos, desempenharam um trabalho em equipe na divisão de tarefas e na gravação do vídeo e, principalmente, conseguiram explorar as discussões feitas em sala na construção das ideias expostas nas produções, como também entender a importância dos marcos legais para a manutenção da sociedade e dos seus direitos. Antes de encerrarmos, demos um feedback à turma quanto ao período de regência e ouvimos os estudantes sobre suas percepções a respeito das aulas, momento que reconhecemos como importante para termos consciência crítica acerca das nossas escolhas e posturas na atuação docente, contribuindo, assim, para nossa formação pedagógica.

Considerações finais

A partir das regências, pudemos refletir de forma ampla sobre a experiência docente, incluindo nossa mediação e postura com os

alunos, e a abordagem do ensino de Língua Portuguesa. Percebemos nas aulas a dinamicidade das interações e como nossos planejamentos estão inseridos no espectro da possibilidade de um fazer intencional, mesmo reconhecendo a diversidade de aspectos inesperados que surgem, como perguntas, movimentos, posicionamentos, aceitações e recusas. A atuação permitiu conhecer uma turma de rede pública engajada, apesar dos conflitos e problemáticas internas. Os estudantes foram bastante receptivos, simpáticos e se mostraram extremamente inteligentes. Reconhecemos, através das falas e das produções, sujeitos atentos, sensíveis aos fatos do mundo, de modo a percebê-los com criticidade, o que nos permitiu apreender também a importância de valorizar esses aspectos nas aulas.

Por meio do estágio, pudemos ampliar a nossa compreensão sobre a educação, percebendo que esta precisa ser construída a partir do diálogo. Além disso, pudemos perceber como a análise, o estudo, o debate e a reflexão se interrelacionam intimamente no campo da educação. Nosso planejamento centrou-se em muitas discussões diante de um tema, que foi abordado através de diferentes eixos do ensino de Língua Portuguesa, de modo articulado, considerando os pressupostos defendidos e abordados neste artigo sobre experiência de estágio na educação básica.

Consideramos que a experiência nos permitiu ampliar os conhecimentos sobre a prática docente e sobre o ensino de Língua Portuguesa, assumindo uma perspectiva interacionista e discursiva-enunciativa, reconhecendo a importância do estágio para a formação profissional e para uma melhor compreensão da realidade de atuação, valorizando os pressupostos teóricos e os saberes docentes.

A receptividade dos estudantes ao projeto foi positiva, a qual atribuímos ao processo colaborativo entre os demais profissionais envolvidos, à consciência da importância da observação, para que as escolhas e as decisões fossem relacionadas às necessidades do grupo,

ao planejamento detalhado, com organização e diversidade de escolhas, e às nossas interações e mediações.

Referências

BRANDÃO, A. C. P. A. A revisão textual na sala de aula: reflexões e possibilidades de ensino. In: LEAL, T. F; BRANDÃO, A. C. P. (orgs) **Produção de textos na escola**: reflexões e práticas no Ensino Fundamental. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária da Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2017.

CAVALCANTE, M. C. B; MELO, C. T. V. Gêneros orais na escola. In. SANTOS, C. F; MENDONÇA, M; CAVALCANTI, C. B. **Diversidade textual**: os gêneros na sala de aula. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

GERALDI, J. W. (Org.). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

HERNANDEZ, F; VENTURA, M. **A organização do currículo por projetos de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 1998.

KLEIMAN, Â. B; CENICEROS, R. C; TINOCO, G. A. Projetos de letramento no ensino médio. In: BUNZEN, C; MENDONÇA, M. **Múltiplas linguagens para o ensino médio**. São Paulo: Parábola Editorial, 2013.

LIMA, M. S. L. Reflexões sobre o estágio/prática de ensino na formação de professores. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 8, n. 23, p. 195-205, jan./abr. 2008.

LUDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2015.

MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais: configuração, dinamicidade e circulação. In: BRITO, K. S; GAYDECZKA, B; KARWOSKI, A. M. **Gêneros textuais**: reflexões e ensino. 4.ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

MARCUSCHI, L. A. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão**. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PERNAMBUCO. Secretário da Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco**: ensino fundamental. Recife: A secretaria, 2019.

PIMENTA, S. G; LIMA, M. S. L. **Estágio e docência**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROJO, R. Pedagogia dos multiletramentos: diversidade e de linguagens na escola. In: ROJO, R. e MOURA, E. **Multiletramentos na escola**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012.

NOTAS DE AUTORIA

Gabriella Fernanda do Nascimento é Graduanda no Curso de Letras Português da UFPE.

Contato: gabifernanda73@gmail.com

Luiza Mirele Ferreira da Silva de Oliveira é Graduanda no Curso de Letras Português da UFPE.

Contato: luizaferreiramirele@gmail.com

Juliana de Melo Lima é Doutora em Educação pela UFPE. Atualmente é Professora do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Contato: ju.mlima@yahoo.com.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da ABNT

NASCIMENTO, Gabriella Fernando do; OLIVEIRA, Luiza Mirele Ferreira da Silva de; LIMA, Juliana de Melo. Ensino de Língua Portuguesa, conscientização social e direitos humanos no contexto do estágio supervisionado. **Sobre Tudo**. v. 12, n 1, p. 191-216, 2021.

Financiamento

Não se aplica.

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica.

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica.

Licença de uso

Os/as autores/as cedem à Revista Sobre Tudo os direitos exclusivos de primeira publicação, com o trabalho simultaneamente licenciado sob a Licença Creative Commons Attribution (CC BY) 4.0 International. Esta licença permite que terceiros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho publicado, atribuindo o devido crédito de autoria e publicação inicial neste periódico. Os autores têm autorização para assumir contratos adicionais separadamente, para distribuição não exclusiva da versão do trabalho publicada neste periódico (ex.: publicar em repositório institucional, em site pessoal, publicar uma tradução, ou como capítulo de livro), com reconhecimento de autoria e publicação inicial neste periódico.

Publisher

Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de Ciências da Educação. Colégio de Aplicação. Publicação na página da Revista Sobre Tudo. As ideias expressadas neste artigo são de responsabilidade de

seus/suas autores/as, não representando, necessariamente, a opinião dos/as editores/as ou da universidade.

Histórico

Recebido em: 18/05/2021

Aprovado em: 08/07/2021

Publicado em: 20/07/2021